



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

RAIANA DOMINGOS BEZERRA DA SILVA

**O PROTAGONISMO JOVEM COMO AGENTE DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO ARTICULAÇÃO DE
JUVENTUDE CAMPONESA - AJC**

**SUMÉ - PB
2024**

RAIANA DOMINGOS BEZERRA DA SILVA

**O PROTAGONISMO JOVEM COMO AGENTE DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO ARTICULAÇÃO DE
JUVENTUDE CAMPONESA - AJC**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.

Orientadora: Professora Dra. Karla Alexandra Dantas Freitas Estrela

**SUMÉ - PB
2024**



S586p Silva, Raiana Domingos Bezerra da.

O protagonismo jovem como agente de transformação social na Associação Articulação de Juventude Camponesa - AJC. / Raiana Domingos Bezerra da Silva. - 2024.

37 f.

Orientadora: Professora Dra. Karla Alexandra Dantas Freitas Estrela.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Interdisciplinar de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Juventude do campo. 2. Protagonismo juvenil. 3. Jovens camponeses. 4. Educação do Campo. 5. Movimentos sociais. 6. Associação Articulação de Juventude Camponesa - AJC. I. Estrela, Karla Alexandra Dantas Freitas. II Título.

CDU: 37.018(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

RAIANA DOMINGOS BEZERRA DA SILVA

**O PROTAGONISMO JOVEM COMO AGENTE DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO ARTICULAÇÃO DE
JUVENTUDE CAMPONESA - AJC**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Dra. Karla Alexandra Dantas Freitas Estrela.
Orientadora - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Me. Tiago José Vasconcelos de Farias.
Examinador Externo – SEDUC – Caraúbas - PB**

**Professora Me. Marinalva Valdevino dos Santos.
Examinadora Interna - UAEDUC/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 09 de maio de 2024.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter guiado os meus passos até aqui, onde finalizo mais uma jornada muito importante na minha vida que é minha primeira graduação, pois era meu sonho ingressar em uma universidade pública federal, e consegui realizar esse sonho. Agradeço a minha mãe Cleonilda Domingos dos Santos por sempre me incentivar, ao meu pai Gerso Bezerra da Silva que sempre me apoiou e ao meu irmão Gabriel Domingos Bezerra da Silva que também acompanhou todo esse meu processo, mesmo que de longe, a distância de casa pesa muito no nosso emocional, pois a saudade é grande. Dedico este trabalho também a todos meus familiares, que me apoiaram, onde sou a segunda pessoa da minha família a ter uma formação superior e a primeira a ingressar em uma universidade pública federal. Em especial sou grata aos meus avós, Maria das Neves, Maria de Fatima, Cláudio Domingos (in memória) e José Ferreira que sempre se preocuparam comigo. Quero agradecer também aos meus colegas de turma e amigos: Luclécia que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, Suzana, Wisla, Pollyanna, e a meu companheiro Mayandson que também esteve junto comigo nessa caminhada, e aos amigos e amigas de outros cursos que dividiram a carga desses anos complexos, mas que se tornaram mais leves com a presença deles, Michely, Beatriz, Paloma e Áurea. Não posso esquecer das pessoas que me deram força e me apoiaram desde do início para que saíssemos da nossa cidade de Conde – PB, para Sumé, desde do processo seletivo até o final, Josinaldo, José Ricardo, Ancelmo, Marcos Augusto, Dorival Fernandes e Severino Correia. Agradeço a toda juventude camponesa que compõe a AJC, que foi tema do meu trabalho, onde quis mostrar a maravilha que é essa articulação e toda atividade que nela se desenvolve, nos dando autonomia e protagonismo para encarar o mundo. Sou grata a todos meus professores e professoras da Educação do Campo que contribuíram na minha formação acadêmica e humanizadora, em especial a minha professora orientadora Karla Estrela que foi uma luz no meu caminho e se dispôs a orientar minha pesquisa, sempre prestativa e atenciosa. Como também aos professores Maria do Socorro Silva e Fabiano Custódio de Oliveira, dos quais fui aluna bolsista em seus respectivos projetos de extensão, que me aproximaram de duas instâncias, professores e alunos, me ajudando a adquirir mais conhecimentos em torno da minha área profissional. Gratidão é a palavra que define minha trajetória.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre o protagonismo jovem como agente de transformação social a partir do nosso envolvimento com os movimentos sociais de forma direta com a Associação Articulação de Juventude Camponesa – AJC, afim de compreender a importância do protagonismo a partir de iniciativas lideradas por jovens, nas comunidades camponesas acompanhadas pela associação, afim de refletir sobre o protagonismo enquanto ação educativa e entender os desafios enfrentados pela juventude. Assim, a metodologia para nossa pesquisa foi qualitativa de cunho descritivo procurando nos aproximar do objeto da pesquisa, através da entrevista com jovens protagonistas da AJC, utilizando questionário semiestruturado. Para a fundamentação teórica nos baseamos em Silva (2015), Costa (2006), Souza (2009), Groppo (2017). Acerca do debate sobre a Educação e Juventude do campo trouxemos Silva (2006), (2007), Caldart (2009), Castro (2012), (2009), Freire (2005), Gohn (2010), Arroyo (2007) e outros. Dessa forma, procuramos reconhecer e valorizar as contribuições dos jovens para a sociedade, como também as possibilidades de se fazer educação. Os resultados da pesquisa foram considerados satisfatórios, onde analisamos a importância da contribuição do público jovem na busca por políticas sociais e de direito. Observamos que a juventude ainda sofre para ter credibilidade, mas, suas ações têm dado visibilidade a mobilização incessante principalmente no ramo da educação, resultando na autonomia e no protagonismo jovem. Concluímos que a temática tem relevância no campo acadêmico e precisa ser mais evidenciada, principalmente no que diz respeito a juventude do campo.

Palavras-chave: Protagonismo; Juventude do campo; Educação; Movimentos Sociais.

SILVA, Raiana Domingos Bezerra da. **Youth protagonism as an agent of social transformation in the peasant youth articulation association – AJC**. 2024. 37f. Monografia (Curso de Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo) – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sumé – Paraíba – Brasil, 2024.

ABSTRACT

The aim of this work is to present a study on youth protagonism as an agent of social transformation based on our involvement with social movements, directly with the Articulation of Peasant Youth Association (AJC), in order to understand the importance of protagonism based on initiatives led by young people in the rural communities accompanied by the association, to reflect on protagonism as an educational action and to understand the challenges faced by young people. Thus, the methodology for our research was qualitative and descriptive, seeking to get closer to the object of the research through interviews with young protagonists of the AJC, using a semi-structured questionnaire. The theoretical basis was based on Silva (2015), Costa (2006), Souza (2009) and Groppo (2017). Regarding the debate on Education and Youth in the countryside, we brought Silva (2006), (2007), Caldart (2009), Castro (2012), (2009), Freire (2005), Gohn (2010), Arroyo (2007) and others. In this way, we sought to recognize and value young people's contributions to society, as well as the possibilities for education. The results of the research were considered satisfactory, as we analyzed the importance of the contribution of young people in the search for social policies and rights. We observed that young people are still struggling to gain credibility, but their actions have given visibility to incessant mobilization, especially in the field of education, resulting in young people's autonomy and protagonism. We conclude that the issue is relevant in the academic field and needs to be highlighted more, especially with regard to rural youth.

Keywords: Protagonism. Rural youth. Education. Social movements.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1	EDUCAÇÃO ESCOLAR FORMAL.....	12
2.2	EDUCAÇÃO NÃO-ESCOLAR (NÃO FORMAL E INFORMAL).....	14
2.3	PROTAGONISMO JOVEM.....	17
2.4	JUVENTUDE DO CAMPO.....	21
3	METODOLOGIA.....	25
4	ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE OS DADOS.....	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
	REFERÊNCIAS.....	35
	APÊNDICE.....	37

1 INTRODUÇÃO

A juventude camponesa busca fortalecer a participação política e social dos jovens rurais, proporcionando espaços de discussão, formação e organização, visando dar voz aos jovens do campo, levando em consideração suas necessidades específicas e os desafios que enfrentam. A transformação social é um processo complexo que requer a participação ativa de diversos atores.

Nos últimos anos, tem sido cada vez mais reconhecido o papel fundamental dos jovens como agentes de mudança nas comunidades urbanas ou rurais. Essa nova geração de líderes está trazendo novas perspectivas, habilidades e iniciativas inovadoras para enfrentar os desafios socioeconômicos de viver no campo com a ausência de políticas públicas para a juventude, tais como: geração de renda, esporte, cultura e lazer, educação de qualidade, escola perto de casa, política de crédito adequada à realidade da agricultura familiar, entre outros, reforçando a necessidade de continuar a luta pela conquista desses direitos. Assim como eu, mulher, jovem, preta, camponesa, filha de agricultores, militante e sócia fundadora da AJC.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre o protagonismo jovem como agente de transformação social, a partir do envolvimento de jovens das quatro regiões que compõe a Associação Articulação de Juventude Camponesa – AJC atualmente, dando destaque as cidades de Alhandra (Litoral Sul da Paraíba), Cruz do Espírito Santo (Várzea Paraibana), São Miguel de Taipu (Agreste) e Jacaraú (Litoral Norte) que compõem este movimento e onde são desenvolvidos trabalhos voltados para a juventude do campo contribuindo com o empoderamento e fortalecimento das identidades camponesas, com ações de articulação, formação educacional/educação popular, educação não formal, organização e mobilização política, social, cultural e produtiva agroecológica na zona da mata e agreste paraibano.

Um estudo dessa natureza se torna relevante quando consideramos o histórico em que se constituiu e ficou reconhecida as manifestações, protestos e lutas protagonizadas por jovens estudantes no Brasil desde a década de 1960, onde ganha ampla visibilidade no contexto político da época. Por isso, observa-se a percepção que os jovens têm em identificar os problemas sociais que o cercam dentro de suas limitações podendo promover ações que transformem sua realidade se fomentando principalmente através de ações educacionais e se envolvendo em espaços de discussão, decisão e execução, abordando questões que os envolvam direta ou indiretamente, traçando estratégias para tais mudanças. A respeito do protagonismo da juventude podemos afirmar que:

O Protagonismo Juvenil parte do pressuposto de que o que os adolescentes pensam, dizem e fazem pode transcender os limites do seu entorno pessoal e familiar e influir no curso dos acontecimentos da vida comunitária e social mais ampla. Em outras palavras, o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política onde estão inseridos (MPPA, 2022 *apud* Costa, 2006)¹.

Dessa forma percebe-se a importância de instruir a juventude a participar de espaços que dialoguem com suas vidas e suas práticas cotidianas que lhes causem interesse em discutilas afim de refletir criticamente sobre aspectos políticos sociais e culturais, que contribui para o fortalecimento da identidade e da comunidade a qual o jovem pertence. Assim, procuraremos entender o impacto do protagonismo juvenil, de forma específica, com os jovens de comunidades camponesas, onde já se desenvolvem trabalhos organizados pela associação em questão.

Além disso, nossa motivação nesta pesquisa é principalmente entender do que se trata o protagonismo juvenil e como esse fenômeno vem se dando com o passar dos anos na nossa sociedade, e com isso, verificar a sua importância e dar visibilidade as ações realizadas por jovens que em meio a tantos problemas sociais se organizam para amenizar os impactos causados na sua realidade e na realidade de outros jovens. Como também enfatizar o papel da juventude nos espaços sociais e destacar a força da mobilização deste público-alvo da nossa pesquisa.

Esta pesquisa foi qualitativa de cunho descritivo, onde realizamos entrevistas com aplicação de questionário semiestruturado, com juventudes da Associação Articulação de Juventude Camponesa – AJC, através das quais buscamos compreender o papel do protagonismo juvenil em associação.

Desta forma, esse trabalho teve por objetivo geral apresentar a importância do protagonismo da juventude enquanto agentes de transformação social, a partir das mudanças e os impactos alcançados nas iniciativas lideradas por esses atores nas comunidades camponesas acompanhadas pela AJC. Logo, seus objetivos específicos são compreender o conceito de protagonismo jovem e sua importância para a transformação social nas áreas rurais, identificar e descrever exemplos de iniciativas lideradas por jovens nas áreas rurais que tenham gerado transformação social, refletir sobre o protagonismo enquanto ação educativa, além de entender os desafios e obstáculos enfrentados pelos jovens líderes rurais.

¹ Não paginado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação é a principal responsável pela formação humana, cidadã, intelectual e moral do indivíduo. Esta se conceitua no processo de ensino e aprendizagem, através da transmissão de conhecimentos. Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu art. 1º:

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A educação se constitui em diversos segmentos, seja escolar ou não escolar, pois o ato de educar ou educar-se ocorre independentemente do lugar, além de dar visibilidade e garantir toda a forma de conhecimento, habilidades e valores. Por isso, outras modalidades educativas devem ser levadas em consideração, para compreendermos as insurgências da nossa sociedade, bem como todo movimento político que nos rodeia, para que possamos nos comprometer com a mudança social. Além de entendermos a nossa realidade que está marcada por desigualdades sociais e injustiças, o que vai refletir no nosso processo educacional e de formação cidadã.

Segundo Saviani (2023), a educação promove o ser humano, trazendo-lhe consciência de liberdade, com isso, vemos que a educação nos permite ter a liberdade de fazer escolhas, e em consequência disso, podemos criar a nossa ideologia. Porém, a educação brasileira se encontra em um sistema de imposições e desigualdades que ter essa liberdade não é caminho fácil, pois a própria educação básica de qualidade não é de fácil acesso a todos. Podemos constatar isso através da taxa de analfabetismo no Brasil, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022) “em 2022, 5,6 % das pessoas com 15 anos ou mais de idade, equivalente a 9,6 milhões de pessoas, eram analfabetas no Brasil”. Ou seja, a educação pública ainda sofre descasos, como o próprio acesso a escola, a formação de professores e a falta de investimento nas escolas.

Entretanto, se formos falar sobre o acesso à educação em comunidades campesinas a tendência é piorar. Isso porque os povos do campo já são excluídos de diversos segmentos, e quando falamos na educação isso se revela escancaradamente como é o caso do fechamento de escolas do campo, a falta do ensino médio nessas escolas, uma educação contextualizada que dialogue com a realidade desses alunos, sejam eles, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária ou camponeses. Então como nos tornarmos seres consciente, quando não temos espaço e oportunidades para isso, quando esses povos não são ouvidos, e são esquecidos pelo poder público, dessa forma pensar a nossa educação ainda é ter que lutar contra uma hegemonia

que nos rodeia. Por isso a necessidade da organização “somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim sua “convivência” com o regime opressor” (Freire, 2005, p.58).

Contudo, a educação é um direito de todos, e precisa ser acessível a todos com igualdade. De acordo com Saviani (2023) para se ter um sistema educacional de qualidade é preciso conhecer os problemas da sua realidade, para que então a partir disso se formule um modelo de educação brasileira. Existir um sistema educacional é inevitável, porém é indispensável que esse sistema se alinhe a realidade das pessoas, é necessário planejamento.

Portanto, nessa perspectiva vemos a importância de uma educação e de um currículo contextualizado que segundo Duarte e Carneiro (2013, p. 39) "com o currículo contextualizado, a escola pode produzir conhecimentos e envolver a família e a comunidade nessa dimensão, cumprindo assim seu papel social de agente de transformação dos processos de injustiça e exclusão". Dessa forma, as modalidades da educação tendem a complementar o objetivo de cada uma, por isso, conceituaremos a modalidade formal, não formal e informal de modo que possamos compreender de que forma as organizações contribuem com o espaço escolar e também educam pessoas através da educação não formal.

2.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR FORMAL

A prática da educação escolar, de acordo com Silva (2007), refere-se a iniciativas organizadas pelo sistema público de ensino, privado ou comunitário que ocorre nas instituições escolares divididas em diferentes séries ou níveis de ensino, voltadas a escolarização dos indivíduos. Além disso, conta com um currículo padrão, que decide o que os alunos devem estudar, os objetivos de aprendizado a serem alcançados e os métodos de avaliação, afim de formar cidadãos, para a vida e para o trabalho. Porém precisamos pensar a escola para além disso, pois a escola não pode ser apenas um aparelho ideológico do estado², as pessoas precisam ter autonomia e não se tornar refém de um sistema mercadológico.

Embora seja de extrema importância a educação escolar formal, e muito significativa na preparação desses alunos, essa educação ainda está ligada a um processo histórico de opressão, pertencente a um sistema capitalista que visa o lucro acima de qualquer idealização de humanização e da apropriação de conhecimentos. Segundo Freire (2005) este modelo de

² Governo, que detém o poder sobre o sistema educacional de ensino.

educação denomina-se de “concepção bancária da educação” onde os educadores tem o papel de depositar nos alunos um conteúdo narrado e programático, como se a mente dos educandos fosse vazia de conhecimentos e por isso a necessidade de “encher” para torná-los bons educandos. Observa-se a partir disso a disfunção que é causada nesse modelo educacional impregnado nas escolas, que interrompe no aluno a necessidade da busca, de conhecer, criar, reinventar, debater e torna-los com isso seres críticos.

Por isso, a necessidade de evidenciarmos a importância de uma educação contra hegemônica que visa motivar as classes oprimidas, proporcionando-lhes voz, para expressar suas experiências, desenvolvendo o pensamento crítico dos educandos, contribuindo para a construção de uma sociedade justa, igualitária e inclusiva. Além de desafiar as práticas dominantes, como por exemplo, a transformação nas estruturas de poder, nas instituições e nos seus respectivos currículos.

No período da adolescência e juventude, os educandos são curiosos e tendem a questionar ações, posicionamentos, mas acabam que muitas vezes se calando porque vieram de um processo educacional onde o professor é o detentor do conhecimento e assim passam a atuar na vida como meros coadjuvantes que apenas aprendem o conteúdo que foi depositado na sua cabeça e que obrigados a memorizar e arquivá-los tornam-se reféns disso. Dessa forma nem todo jovem estará pronto para protagonizar ações transformadoras na sua própria vida e na sociedade.

Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos (Freire, 2005, p. 68).

Contudo, a educação escolar que é a denominada educação formal necessita antes de tudo, incentivar o pensamento crítico nos educandos, através da práxis, torna-los sujeitos de suas ações e não replicadores de conteúdo e assim formar cidadãos pensantes. Mas, infelizmente não é o que os opressores querem que aconteça, aqueles que detém o poder jamais permitirão fazer o oprimido pensar contra o sistema em que vivem, mas farão o possível para que todos estejam satisfeitos com essa realidade e que gentilmente aceitem o que lhes é imposto.

Entretanto, é necessário lutar para romper com essa lógica capitalista e mercadológica no nosso sistema educacional brasileiro, pois a escola é muito mais que isso, é lugar de criar identidade e pertencimento, principalmente nas escolas que estão no campo, nas comunidades tradicionais que são excluídas por esse sistema.

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo (Arroyo; Caldart; Molina, 2004, p.14).

Ademais, enquanto não temos um “modelo ideal de educação” dentro das escolas, é a partir do conhecimento de tal situação que se constroem organizações que ajudam a retirar essa venda dos olhos dos sujeitos oprimidos, para torna-los protagonistas das causas que lhes interessam, dentro das suas realidades, é fora do ambiente escolar que também nos constituímos como seres humanitários e críticos da atual realidade através das experiencias partilhadas.

O papel da escola é de indiscutível importância, mas, é preciso pensar que deve ser também o lugar de formar cidadãos críticos, ajudando-os a entender e refletir sobre seu passado e sua construção enquanto sujeito com consciência de classe, pois, é necessário formar para ir em busca daquilo que lhes é negado há séculos: uma educação igualitária para todos. Neste sentido é importante salientar que a educação não se limita ao sistema formal, a aprendizagem também ocorre em contextos não formais.

2.2 EDUCAÇÃO NÃO-ESCOLAR (NÃO FORMAL E INFORMAL)

As juventudes inseridas em causas sociais pela transformação do seu cotidiano certamente ouvem falar na educação popular, termo que designa uma educação humanizadora, crítica e consciente, é essa educação que se constitui em uma educação fora dos parâmetros da escola, ou seja, semelhante ao conceito da educação não formal. Porém são duas modalidades onde cada qual tem sua especificidade, por isso, é necessário conhecermos a modalidade não formal, pois a juventude protagonista também a pratica em suas ações. Com isso, discutiremos a seguir o conceito de educação não formal e sua direta relação com a construção do protagonismo jovem que faz com que a juventude se eduque dentro de uma perspectiva não escolar.

Desta forma, a educação não formal é quando se há intencionalidade e propostas em situações da vida cotidiana, está pautada nas ações coletivas, na troca de experiencias, por meio de uma interação. Temos aqui um modelo de educação que precisa ser cada vez mais discutido dentro dos âmbitos educacionais. Segundo Gohn (2010 p. 16), “a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiencias, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos”, ou seja, é dentro de espaços como

articulações, associações, organizações, movimentos, e entre outros diversos, embora em sua maioria são nesses segmentos sociais que a educação não formal acontece, são nos momentos de interação, integração e é conhecendo a territorialidade dos grupos que se criam redes de apoio, comunicação, socialização, e a troca de conhecimentos em locais informais quando se há a intencionalidade na prática.

Articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, ou articular a escola com a comunidade educativa de um território, é um sonho, uma utopia, mas também uma urgência e uma demanda da sociedade atual (Gohn, 2010, p. 15).

Dessa forma, destacamos que o papel de formar cidadãos não é apenas da escola, mas de tudo aquilo que está no seu entorno, a cultura, a religião, a história. Dentro de um processo educacional, de humanização, cidadania, construção e democratização, é importante destacar que não se constrói uma escola sem a participação da comunidade nela, não se constrói relações com os pais/responsáveis, sem conhecer o cotidiano e a cultura daquelas pessoas na qual os professores, sujeitos da educação formal estão inseridos.

Segundo Gohn (2010, p. 25), “a educação não formal deve ser vista também pelo seu caráter universal, no sentido de abranger e abarcar todos os seres humanos, independentemente de classe social, idade, sexo, etnia, religião etc.” assim observamos que o conceito da educação não formal perpassa as ideologias e os problemas socioeconômicos das diferentes classes, seu objetivo principal é a formação cidadã.

Com isso, reiteramos a importância da educação não formal onde, “o grande educador é o outro” Gohn (2010, p. 16). Quando grupos se reúnem entorno de uma causa, contra a desigualdade, a exclusão, o preconceito, o egoísmo, as injustiças, ali está se formando sujeitos críticos pensantes. Dentro desses espaços coletivos há a cooperação mútua, onde a educação não formal irá contribuir de diversas formas na vida desses sujeitos sociais, como na valorização da identidade, pertencimento e emancipação social.

Segundo Silva (2006, p. 63), “Dentro dessa conceituação de educação não formal temos ao longo da nossa história, os movimentos sociais, como um dos sujeitos sociais que tem organizado de forma sistemática e permanente ações de educação não-formal”. Portanto, as organizações e movimentos, tem se articulado cada vez mais, dentro dessa perspectiva, para levar a educação as pessoas de forma didática, contextualizada, trabalhando a cultura do povo e sua história, e assim mobilizando jovens a aceitar sua identidade, a ter pertencimento e assim serem protagonistas na luta por dignidade e por direitos, como política pública de educação.

Além disso, transformações vem ocorrendo com o passar dos anos, e a educação não formal vem ganhando visibilidade e se solidificando dentro dessas mudanças sociais como no caso da globalização, onde a escola deixou de ser espaço apenas para buscar conhecimento, passando agora a também receber o conhecimento que vem de fora. Algumas questões discutidas na sociedade não são prioridades de debate nas escolas, como por exemplo, o feminicídio, o machismo, a democracia, a política, as religiões, o território, são diferentes abordagens que não são aprofundados no espaço escolar e que estão constantemente sendo pautas de discussões na sociedade, por isso, a necessidade da educação não formal, em outros lugares fora da escola, ou seja, nas comunidades, associações, movimentos, locais que discutam e analisem a conjuntura atual do país, que debatam cultura, identidade para formar pessoas críticas e conscientes, que tenham uma leitura do mundo em que vivem.

A aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor é fundamental na educação não formal; a aprendizagem e o exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos, geradas pela participação em associações, movimentos, fóruns, conselhos e câmaras de gestão, de forma que estes cidadãos possam entender e fazer uma leitura do que está ao seu redor, quem é quem, que projetos e quais interesses cada um defende, quais são os interesses da maioria que deveriam ser defendidos, quais são as práticas cidadãs e emancipatórias; a aprendizagem pela cultura, de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor, gerada pelo acesso a recursos culturais como museus, bibliotecas, shows, palestras. (Gohn, 2010, p. 35-36).

Portanto, existem diversas formas de aprender e de educar, o problema está na falta de acesso das classes menos favorecidas, a outros espaços que contribuam com seu processo educacional e sua formação acadêmica. Por exemplo, a juventude urbana tem mais acesso a outras culturas do que a juventude que mora em comunidades campesinas, que não conseguem acessar por meio da educação, de formal presencial, outras culturas e nem tampouco aceitar a sua que por muitas vezes não é trabalhado em sala de aula. Por isso a educação não formal contribui com a educação escolar formal, como forma de complemento.

Ademais, no que se diz respeito a educação informal:

Como aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube etc.). A informal incorpora valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Os indivíduos pertencem aqueles espaços segundo determinações de origem, raça/etnia, religião e etc. São valores que formam as culturas de pertencimentos nativas dos indivíduos (Gohn, 2010, p.16).

Com isso, na educação informal os sujeitos são todas as pessoas que convivem de forma direta ou indiretamente, com base nas relações cotidianas. É algo natural do indivíduo. Para Gohn (2010, p.17) “na educação informal os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa”. Desta forma, os espaços sociais que a educação informal permeia são demarcados por questões de nacionalidade, o local onde se vive, o bairro, religião, etnia e outros. É algo próprio da pessoa dentre seus valores e culturas.

Na educação informal há aspectos naturais do indivíduo. As relações sociais, dependerão dos seus gostos, suas vontades, a aprendizagem parte da vivência. Desde o nascimento, o sujeito se desenvolve dentro da cultura e tradições da família, criando hábitos, socializando com outras pessoas e praticando os costumes ensinados, são práticas herdadas. Neste campo da educação, não temos uma organização prévia ou sistematização, são aprendizados que partem do passado. Não se busca resultados, as coisas apenas acontecem.

2.3 PROTAGONISMO JOVEM

Inicialmente é necessário definir o significado de protagonismo, essa palavra deriva do grego *protagonistes*, onde “*protos*” significa principal ou primeiro e “*agonistes*” significa lutador ou competidor. Desse modo, encontra-se aqui uma boa prerrogativa para analisarmos o seu conceito, relacionando-a com os jovens. De acordo com o Estatuto da Juventude Lei nº 12.852/2013 “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”. A juventude é entendida como uma fase da vida que sai da adolescência para a fase adulta, mas, vai além disso, e está relacionada a aspectos de transformação social, política, e também de transformação humana e de responsabilidades enquanto cidadãos.

Com isso, faremos um breve recorte da história da expressão “protagonismo juvenil” no Brasil, para compreendermos este fenômeno de forma clara, com base no que teóricos se propuseram a estudar.

Dentre debates internacionais acerca da juventude, levando em consideração o contexto da época e alguns problemas sociais como a pobreza, a violência, o desemprego, algumas organizações e fundações deram ao protagonismo juvenil um conceito, como no caso da Organização das Nações Unidas – ONU, com “o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz” (Souza, 2009, p.03). Com isso, foram levantadas pautas e demandas, dando forma ao campo das políticas “públicas” de juventude. Já no Brasil, mesmo que tardiamente, diante dos debates internacionais, o termo também ganha seguimento.

No Brasil, a organização pioneira no uso e principal responsável pela consolidação do enunciado protagonismo juvenil foi a Fundação Odebrecht, imediatamente seguida pelo Instituto Ayrton Senna e pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC). Em março/abril de 1996, periódico editado pela Fundação Odebrecht trazia o artigo intitulado Protagonismo juvenil: projetos estimulam adolescentes a atuarem como agentes de ações voltadas para a comunidade (ODEBRECHT INFORMA, 1996, p. 25- 26). Os projetos destinados à juventude já haviam sido objeto do periódico, mas é bastante provável que a edição de março/abril de 1996 tenha sido a primeira em que o protagonismo juvenil foi identificado como o mote das atividades da Fundação Odebrecht (Souza, 2009, p. 04).

A fundação ODEBRECHT (lembrada atualmente pelos escândalos de corrupção) visava abordar questões consideradas importantes para a juventude, mas a ideia principal da empresa não era a busca pela liberdade, a autonomia do jovem, e sim para preparar os jovens para a vida e para o mercado de trabalho. Observamos aqui que a maior preocupação era o que a juventude seria no futuro, na sua vida adulta, do que o que ela é no presente (Groppo, 2017). Tanto é, que o termo protagonismo juvenil só foi designado de fato a nomear o trabalho da empresa feita para os jovens quando o termo se torna título de um livro, escrito por Antonio Carlos Gomes da Costa e publicado pela fundação Odebrecht, intitulado “Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática” (Costa, 2000 *apud* Souza, 2009, p. 05).

Com isso o autor se tornou referência no discurso sobre protagonismo juvenil, onde a sua empresa *Modus Faciendi*, ministrava cursos e palestras a outras empresas que trabalhavam com o público jovem. Ocasionalmente criaram um conceito para a expressão, que surgiu de um discurso sobre a “participação” da juventude. Agora com um termo para designar a participação dos jovens nas diversas instituições, as organizações não governamentais também passaram a usar o termo, além de outras do terceiro setor³.

Porém, a concepção aqui utilizada é a do jovem como problema social, onde esses sujeitos estavam “vulneráveis” as drogas, a violência, e isso foi tido como justificativa para que essas fundações empresariais e instituições do terceiro setor criassem programas socioeducativos para combater a “juventude perigosa”, ou seja, é mais fácil erradicar o problema do que criar de fato políticas públicas que traga condições de cidadania e igualdade aos jovens (Groppo, 2017).

O conceito criado de protagonismo juvenil por essas fundações depositava nos jovens participantes desses programas o dever de criar e executar ações comunitárias, “enfim, esperam que sujeitos já tão excluídos de benefícios sociais e oportunidades econômicas, resolvam os

³ Que exercem atividades de interesse social, como as entidades sem fins lucrativos, organização social, associações.

problemas de sua localidade, justo onde há mais falta de equipamentos e serviços públicos” (Groppo, 2017, p. 12). Pelo contrário, o protagonismo juvenil deve servir para que a juventude se organize e cobre de quem realmente deveria criar políticas de acesso, para cobrar dos poderes públicos, iniciativas nas localidades dando oportunidades para as pessoas, e não as usar para isso. Além disso, a juventude dentre tantos projetos, tem a noção básica de como executar as atividades, mas é excluída dos processos de tomadas de decisão importantes.

Enfim, não trataremos aqui de um logica de protagonismo juvenil tradicionalista que pensa a juventude apenas como um faixa etária de transição para a vida adulta, ou como juventude perigosa. Mas, abordaremos o protagonismo juvenil como significado de participação ativa e política, pois a juventude tem muito a ensinar e são capazes disso, e não podem ser simplesmente silenciados pela “suposta experiencia dos adultos” (Groppo, 2017, p. 13).

Entretanto outros teóricos discutem o protagonismo juvenil para além dos conceitos anteriores, mesmo que ainda em uma lógica limitada. Diante disso,

Identifica-se o protagonismo juvenil como uma pedagogia democrática e ativa, pautada como metodologia de cooperação e fundamentalmente da ação, que estimula a participação cidadã a partir da realidade dos jovens. Protagonismo juvenil permite o jovem participar de situações reais na escola, comunidade e vida social, atuando como parte da solução e não do problema (Costa, 2001 *apud* Silva, 2015, p. 16).

Os jovens têm o direito de construir sua própria história a partir do meio social ao qual pertencem, sendo protagonistas de sua trajetória, e que pensam e contribuem para um futuro próximo, olhando para dentro de sua realidade, tomando iniciativas e realizando ações de conscientização, é a juventude que está ativamente dentro das organizações de mobilização social, comunidades e entre outros locais buscando solucionar problemas, enfrentar desafios, planejar ações e o mais importante encontrar seu lugar no mundo. Ademais,

Protagonismo adere-se a ideia de participar e modificar acontecimentos para transformar as relações sociais, o protagonismo juvenil traz a atuação de jovens em atividades públicas, em escolas ou nas comunidades pautado em compromisso com a democracia que partem das suas particularidades e estendem-se ao coletivo através do trabalho voluntário, campanhas e movimentos, com o objetivo de exercitar sua cidadania (Júnior Ribas, 2004 *apud* Silva, 2015, p. 15).

Com isso, observamos que a juventude anseia por mudanças, por um mundo melhor, mais se encontra desafiada a enfrentar um mundo globalizado que tenta por meio da educação impor um projeto de vida aos jovens, negando-lhes a liberdade de fazer escolhas e formando mão de obra barata. Então temos aqui o desafio de contrariar as imposições do estado, de lutar

por uma vida digna, onde um jovem não tenha que escolher entre estudar ou trabalhar para não passar fome. Além disso, o trabalho voluntário da juventude em busca de melhorias para o coletivo, não é fazer o dever do estado, mais se organizar e mobilizar para cobrar dele.

Por isso, ressalta-se que ir em busca de transformações sociais não é um trabalho fácil e de simples reconhecimento, pois, vivemos em uma sociedade em que ser jovem não está ligado apenas a fatores positivos, e isso se intensifica quando falamos sobre a juventude das comunidades campesinas, sendo o campo visto como local de atraso se relacionado aos centros urbanos. “Ainda hoje, a juventude rural brasileira é pouco conhecida” (Castro, 2009, p.182).

Desta forma, protagonizar num contexto social em que existe o preconceito e praticamente nenhuma política pública de apoio se torna missão quase impossível. Pela falta de ações que mudem essa realidade, a falta de visibilidade, oportunidades, ou seja, a luta por melhorias e o trabalho desses sujeitos jovens sejam eles, camponeses, urbanos, marginalizados⁴. e suas práticas precisam ser evidenciadas. Por isso faz-se necessário pensar como garantir e sustentar o protagonismo da juventude, entendendo-se enquanto espaço de fala, de escuta e de ações, de ser sujeito ativo na tomada de decisões, de participar dos processos de construção política, social, econômica e cultural e não ser apenas meros ouvintes.

Além disso, o preconceito relacionado ao jovem precisa ser debatido,

Juventude “problema” ou “juventude solução” abordam “jovem” como dotado de características que definem determinados indivíduos a priori. Contudo, tomando a conceituação de Stolke (2006) os processos de exclusão daqueles identificados como jovens são complexos e envolvem a intercessão de questões de classe social, gênero, raça, etnia, sexualidade e, como veremos, o lugar aonde se vive. Ser jovem implica vivenciar relações de poder e hierarquia social (Castro, 2009, p. 185).

Conforme a autora citada acima, o jovem consegue ter seu lugar de direito quando é “privilegiado” pela sua classe social, sua cor, morar na zona urbana, mas, quando falamos em uma juventude, preta, classe baixa, do campo, por ser mulher, LGBTQIAPN⁵, os direitos não são mais os mesmos, ou seja, não é mais dado e sim conquistado. Um jovem nessa posição terá que lutar para conseguir seu lugar de fala. Dessa forma, um jovem de classe social excluída tem menos chances de se tornar protagonista, do que um jovem branco com padrões impostos por uma sociedade que ainda é machista, patriarcal e extremamente racista.

Os movimentos sociais são espaços em que os jovens conseguem ter uma maior visibilidade, e são uma base de sustentação para que a juventude se multiplique e que criem

⁴ Que estão à margem da sociedade.

⁵ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários, + (outras).

seus diversos segmentos, como atores políticos, sejam nos movimentos sociais, organizações religiosas, movimentos sindicais, pastorais, entre outros (Castro, 2009). Assim, a juventude vai criando a sua autonomia e tomando para si responsabilidades. A maioria da juventude atualmente não é mais aquela escondida que nega sua identidade, porém esses jovens não são palco de investigações, de discussões acadêmicas, de pesquisas, esse público ainda não é totalmente visível aos olhos do poder público quanto os jovens urbanos. Conforme Castro (2009, p. 183) “apesar dessa “movimentação”, este “novo ator” é pouco conhecido e ainda muito negligenciado pelas pesquisas sobre o tema juventude. Juventude rural também não se apresenta como foco prioritário para as políticas públicas de juventude”.

2.4 JUVENTUDE DO CAMPO

Debater juventude do campo envolve todo um contexto histórico marcado pela exclusão, político pela falta de atuação do poder público dentro das comunidades camponesas, social na busca por espaço, cultural na falta de credibilidade e investimento em suas diversas manifestações, e econômico marcado pela desigualdade. Portanto, falar de juventude do campo, atualmente, é falar de êxodo rural, é atribuir o sucesso para uma vida melhor e boas condições a uma realidade fora do campo.

No Brasil, segundo os dados do Censo 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), temos cerca de 8 milhões de jovens morando em regiões rurais. Diversos estudos, no Brasil e em outros países, apontam para a tendência da saída, nos dias atuais, de jovens do campo rumo às cidades. (Castro, 2012, p. 439)

A juventude camponesa é carente de algumas políticas públicas e direitos: os jovens do campo não têm facilidade ao acesso à educação e nem tampouco motivação para estudar, porque além de ir para escola, tem que trabalhar no turno oposto para ajudar no sustento da família. Além disso, a juventude camponesa, ainda hoje, em meio a uma era tecnológica não tem acesso a uma internet de qualidade, a infraestrutura das escolas do campo não é adequada, e o acesso ao esporte e ao lazer ainda é difícil, dentre tantos outros problemas que vivenciam os moradores de áreas rurais. Diante disso, não há perspectiva de uma boa vida no campo, mas, há quem lute por melhorias: os agentes de transformação e mobilização social nesses espaços inviabilizados.

Neste sentido, o forte protagonismo juvenil nas áreas rurais é uma porta de saída para buscar solucionar tais problemas. Por isso, é tão importante dar visibilidade as transformações sociais que a juventude realiza dentro de suas comunidades locais e fora delas visando o desenvolvimento do campo. Além disso, o protagonismo é uma ação educativa. Segundo Silva

(2006, p. 88), “a educação libertadora estimula o ser humano a se mobilizar ou a se organizar para adquirir poder. É uma forma de comunicação que provoca o outro a participar, incluindo-o na busca ativa por sua autonomia”. Características como ações de solidariedade, preocupação com o bem comum se fazem presentes na luta por direitos. Ao assumir papéis de liderança, os jovens podem trazer novas ideias, soluções criativas e um impulso renovado para o desenvolvimento das comunidades campesinas.

Os jovens camponeses dentre suas etnias, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, assentados, precisam ser motivados principalmente a estudar, porque é através da educação que irão se tornar seres conscientes, em busca de autonomia, seguros de sua identidade e pertencimento. Por isso discutiremos nesse subtítulo a educação do campo enquanto política educacional para esses sujeitos.

De início buscaremos entender o conceito de educação do campo que de acordo com Silva (2007, p.8):

Educação do Campo é toda ação educativa desenvolvida junto aos povos do campo, “incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas”⁴ e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida.

Temos aqui uma educação que pensa nos povos do campo, que leva em consideração o saber e a cultura dessas pessoas, pensar a educação do campo é pensar numa oportunidade para que esses sujeitos tenham acesso ao ensino, sem que para isso tenham que abandonar seu modo de vida, para se encaixar numa educação urbanocêntrica conforme explica Silva (2007), que visa apenas os conteúdos urbanos e de industrialização, vendo o campo como local de atraso.

O conceito de educação do campo se expande e é complexo, pois não se trata apenas de ensino. Segundo Caldart (2009, p.38):

A Educação do campo toma posição, age, desde uma particularidade e não abandona a perspectiva da universalidade, mas disputa sua inclusão nela (seja na discussão da educação ou de projeto de sociedade). Sim! Ela nasce da ‘experiência de classe’ de camponeses organizados em movimentos sociais e envolve diferentes sujeitos, às vezes com diferentes posições de classe. Sim! A Educação do campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes movimentos sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem. Sim! A Educação do campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo.

Então, observamos que a educação do campo ainda luta por sua inclusão e aceitação enquanto prática educativa, objetiva ir além das instituições de ensino pois a proposta da educação do campo antes de mais nada é pensar na comunidade e na escola, é dialogar com a realidade dos educandos. A educação do campo está no embate direto contra a imposição do estado numa visão capitalista, de um “projeto de vida” que cria uma competição acelerada na preparação para o mercado de trabalho e que cria mão-de-obra barata.

Além disso, a educação do campo legitima as ações do povo que trabalha e vive no e do campo. Não é apenas um lugar para morar e cultivar a terra, ou para subsistência, mas um espaço de emancipação, de direitos a outras políticas públicas que respeite as particularidades dos povos do campo, como uma educação básica de qualidade e contextualizada.

Dessa forma, devemos pensar a escola do campo como espaço de acolhimento e de pensar no coletivo, afim de que nela se desenvolvam projetos de articulação e relações com outros movimentos, organizações e projetos que pensem o futuro do povo camponês que criem políticas de permanência no campo. Que a escola seja lugar de apoio e de incentivo. De acordo com Arroyo (2007, p. 163):

A escola, a capela, o lugar, a terra são componentes de sua identidade. Terra, escola, lugar são mais do que terra, escola ou lugar. São espaços e símbolos de identidade e de cultura. Os movimentos sociais revelam e afirmam os vínculos inseparáveis entre educação, socialização, sociabilidade, identidade, cultura, terra, território, espaço, comunidade.

Com isso, observamos a necessidade da escola está extremamente conectada a realidade da comunidade na qual ela está. Se tivermos uma escola onde a identidade do povo seja reconhecida e trabalhada, teremos pessoas protagonizando ações que visem melhorar mais as condições da vida no campo. Bem como, os jovens permanecendo no lugar onde vivem porque há condições para que ele continue na sua comunidade.

Nesse sentido, ratificamos que o nosso objeto de estudo está constantemente planejando ações que colaborem com a educação e a permanência da juventude do e no campo, com base nos seus objetivos e missão. A associação é composta por jovens camponeses de assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas, indígenas, agricultura familiar, e áreas de conflitos agrários. São filhos e filhas da luta pela terra, que enfrentou o latifúndio improdutivo, onde muitos deles nasceram nos acampamentos e vivenciaram as diversas etapas da luta, que apesar de toda violência sofrida, gerou muitas desapropriações e conquista de territórios.

Durante duas décadas fomos animados/a por várias organizações que atuam no campo, especialmente a comissão Pastoral da Terra. Em 2018, retomamos nossa articulação após quatro

anos de dispersão. Reiniciamos realizando reuniões, visitas, oficinas culturais, gincanas e encontros de formação com base na educação não formal. Estruturamos coordenações nas microrregiões: litoral sul; litoral norte; agreste e várzea da Paraíba.

Com isso, em 2019 construímos nosso planejamento estratégico. Esse processo levantou várias demandas e necessidades específicas da juventude. Assim, realizamos a assembleia de fundação da Associação Articulação da Juventude Camponesa - AJC, da região da zona da mata e agreste paraibano, dando um caráter jurídico a organicidade já construída politicamente, com esse ato assumimos a missão/objetivo de Articular a Juventude camponesa, criando elos de solidariedade pertencimento, pela afirmação das identidades e fortalecimento da memória e luta pela efetivação dos direitos, como também, promover iniciativas de educação contextualizada, cursos de formação e capacitação técnica e cidadã; promoção cultural, esportiva para adolescentes e jovens camponeses.

A partir de então, a AJC contribui diretamente com o incentivo e o desenvolvimento educacional dos jovens, proporcionando momentos de trabalho em equipe, criação de redes de contato e apoio, acesso à informação, como editais de cursos técnicos ou superiores. A AJC, oferece várias atividades extracurriculares que permitem aos jovens desenvolver suas habilidades sociais e sua comunicação, além de despertar na juventude o interesse na busca pelo conhecimento.

3 METODOLOGIA

Objetivando compreendermos a importância do protagonismo jovem, a partir da realidade de jovens que estão inseridos na Associação Articulação de Juventude Camponesa – AJC, buscamos identificar as iniciativas e ações que estão gerando transformação social na vida desses jovens, e refletindo sobre os impactos alcançados dentro das comunidades que os mesmos atuam.

O método de pesquisa utilizado foi a abordagem qualitativa de cunho descritivo, a qual nos aproxima da realidade do nosso objeto de estudo. Segundo Godoy (1995, p. 61), “do ponto de vista metodológico, a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador “colocar-se, no papel do outro”, vendo o mundo pela visão dos pesquisados”, dessa forma, compreendemos o nosso problema de pesquisa e o processo pelo qual ocorre:

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. No trabalho intensivo de campo, os dados são coletados utilizando-se equipamentos como videoteipes e gravadores ou, simplesmente, fazendo-se anotações num bloco de papel. Para esses pesquisadores um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. Aqui o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados (Godoy, 1995, p. 62).

Por isso, consideramos que a pesquisa qualitativa está diretamente ligada a realidade das pessoas, aos fenômenos que acontecem, a importância dessa pesquisa não é quantificar dados, mais ouvir o que as pessoas tem a dizer, nos aprofundando nas relações e sobre o objeto da pesquisa.

As pesquisas qualitativas estão fortemente conectadas com os desejos, as necessidades, os objetivos e as promessas de uma sociedade democrática, pois os pesquisadores que atuam nesses campos devem assumir compromissos de cidadania com as pessoas e os temas com os quais trabalham (Minayo e Guerriero, 2014, p. 1105).

Assim nos detemos a compreender as ações humanas, quais os seus valores, crenças e tradições e a investigar, de forma respeitosa, dando ouvido e voz as pessoas que estão diretamente ligadas ao nosso campo de pesquisa. O objetivo do pesquisador é contribuir com a sociedade.

Com isso, utilizamos entrevistas semiestruturadas e os sujeitos da entrevista foram jovens protagonistas da AJC que atualmente estão à frente da associação e que participam diretamente das atividades desenvolvidas e que já tem sua identidade afirmada enquanto jovem do campo e que com isso mobilizam outros jovens na luta por direitos. Foram quatro amostras, dois jovens foram entrevistados presencialmente e os outros dois jovens de forma virtual pela plataforma Google Meet. Salientamos que manteremos em sigilo os nomes dos jovens que participaram da amostragem da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2024, através de gravação autorizada com 04 jovens da Associação Articulação de Juventude Camponesa – AJC, de 04 regiões diferentes na qual a AJC atua, que aqui serão denominados J1, J2, J3, J4. Após a transcrição das entrevistas, realizamos uma análise crítica reflexiva sobre tudo o que foi posto nas respostas.

4 ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE OS DADOS

Antes de iniciar a análise reflexiva, consideramos necessário caracterizar os entrevistados, para que os leitores dessa pesquisa consigam visualizar e compreender o local de fala de cada um.

J1 é uma mulher, parda, de 33 anos, de área de Assentamento da Reforma Agrária localizado no Vale do Mamanguape, município de Jacaraú-PB, é mãe, formada em pedagogia, sua entrevista foi realizada no dia 22 de janeiro de 2024.

O J2 é um homem, pardo, de 25 anos de área de assentamento da reforma agrária localizado na Várzea, município de Cruz do Espírito Santo – PB, agricultor e graduando em Ciências Sociais, sua entrevista foi realizada no dia 22 de janeiro de 2024.

A J3 é uma mulher, preta, poeta, de 23 anos, do Agreste paraibano, município de São Miguel de Taipu-PB e graduanda em pedagogia com ênfase em Educação do Campo, sua entrevista foi realizada dia 06 de fevereiro de 2024.

E o J4 é um homem, preto, de 20 anos, de área de assentamento da Reforma Agrária localizado no litoral sul da Paraíba no município de Alhandra-PB, agricultor e graduando em jornalismo, sua entrevista foi realizada no dia 07 de fevereiro de 2024.

Inicialmente, perguntamos aos entrevistados qual a motivação de participar da AJC, e eles responderam que, estão sendo assistidos por uma organização onde seu público-alvo é a juventude do campo, por morar em área de assentamentos da reforma agrária e estarem engajados nessa luta desde sempre com a influência dos pais, contidos nesse processo de luta e transformação social da sua realidade.

Como também “ver que a gente tem o desafio de se organizar e de colocar nossas ideias em prática” (J2), além da “necessidade de fazer aquilombamento” (J4), de se unir com pessoas que tenham propósitos de vida parecidos, e estejam unidos por uma causa.

Com base nas respostas dos entrevistados, podemos ratificar que o papel da juventude em espaços sociais se baseia em ocupar esses locais, associações, conselhos municipais e estaduais, instituições, e se fazer ser enxergado, ter sua voz ouvida mostrando-se capaz, mesmo sendo um jovem do campo. Pois, uma visão antiquada que ainda se tem atualmente, é de que as pessoas do campo são menos capazes do que as pessoas da zona urbana, ou seja, ainda existe um preconceito histórico contra os povos do campo, tido como um lugar de muita exclusão, de atraso, os quais tem menos acesso à educação, esporte, lazer, ao avanço das tecnologias e tantas outras coisas que podemos citar como políticas públicas básicas e de qualidade para os jovens

do campo. Assim, “a exclusão social é uma marca da juventude rural no Brasil, seja pela invisibilidade de suas demandas nas esferas das políticas públicas, como veremos adiante, seja pelas difíceis condições de permanência dos jovens no meio rural” (Castro, 2009, p. 195).

Então o papel da juventude é fazer acontecer, representar, questionar e demandar. Além de que “a gente percebe que a juventude ainda é pautada como meros participantes” (J2), com isso observamos que a juventude camponesa ainda não se sente protagonistas e pessoas capazes de transformar espaços sociais que são construídos para reivindicações, socialização, política e cidadania.

Ao questionarmos sobre o que é protagonismo, os entrevistados responderam que são aquelas pessoas que conseguem se destacar a partir de suas ações, entendendo o seu papel social de cobrar, indagar, e a partir disso fazer valer sua opinião, tendo apropriação da sua fala. O protagonista jovem consegue ser enxergado, contribuindo assim na valorização da sua classe social se esse for seu propósito e com isso ter visibilidade para ajudar nas resoluções de problemas.

É algo mais coletivo, é essa capacidade de você se organizar com outras pessoas, de você aquilombar-se repito e resolver alguns problemas. E as vezes ser um jovem protagonista não é necessariamente você resolver o problema, no sentido de você mesmo ir lá colocar a mão na massa e você mesmo resolver; mas é também saber a quem cobrar; porque tudo é político, que acima de tudo existe o estado que tem a capacidade de nos oferecer o básico, então muitas vezes ser um jovem protagonista, por exemplo, não é você ver um buraco na rua ir lá tapar; é você se perguntar e porque tem esse buraco aqui? Cadê a secretaria? A prefeitura? Cadê o governo? Cadê o estado? (J4).

Como vimos acima, a concepção de um jovem protagonista é muito mais do que se destacar em suas ações, mas buscar a coletividade para que de forma organizada a própria juventude possa cobrar dos poderes públicos iniciativas de melhoramento na condição de vida das comunidades, principalmente camponesas, a qual é foco da nossa pesquisa, e que o J4 relata serem excluídas de um processo de transformação e avanço da sociedade. Com isso, observamos que o conceito de protagonismo se expande.

O termo “Protagonismo” discutido por teóricos e em documentos internacionais, fazem menção direta aos jovens. Diante desse contexto associado ao jovem, o conceito de protagonismo possui um leque de interpretações e polissemias, como “participação”, “cidadania”, “autonomia”, “identidade”, “solidariedade”, “responsabilidade social”, “ação social” todas elas são citadas por muitos autores como sinônimos (Ferreti; Zibas; Tartuce, 2004 *apud* Silva, 2015, p. 15).

Dessa forma, ser um jovem protagonista contribui positivamente na vida social do sujeito, dando-lhe ferramentas que partem de sua particularidade para a coletividade buscando ações democráticas para o desenvolvimento da sociedade ou de forma delimitada na sua comunidade.

Ao questionarmos como a AJC mudou a sua vida, a maioria respondeu que antes de entrarem na articulação eles não se sentiam capazes e encorajados de estar à frente de suas comunidades, de buscar melhorias, de serem lideranças. A AJC os fez criar autonomia e responsabilidade, trabalhando com o coletivo, perder a timidez, além de todas as possibilidades que vão surgindo quando os jovens passam a fazer parte de uma articulação ou organização e movimento que os ajudem a “furar a sua bolha” que os prendem a uma realidade e despertar o desejo de conhecer, aprender e estudar.

Graças a AJC eu ganhei um programa de bolsas climáticas e eu fui para a Alemanha e pra Dubai representei o Brasil na COP-28 e na conferência da juventude, tirei meu passaporte, porque eu nunca imaginaria que eu teria um passaporte, viajei de avião, fui pra Europa, fui pra Dubai participar de duas conferências sobre mudanças climáticas e também tive a oportunidade de representar a mim e aos meus, era um sonho antigo que eu tinha, de viajar, de participar de conferências da ONU. Então o meu trabalho na AJC me deu a bagagem necessária para entrar nesses espaços que é um espaço muito elitista, muito branco, muito europeu de homens brancos de meia idade (J4).

Percebemos nesta fala a importância de uma organização incentivadora, acolhedora, para a atuação desses jovens em espaços sociais, despertar a sua capacidade de debater, dialogar, trocar experiências em outros lugares.

O incentivo à educação, a agarrar as oportunidades que surgem através de programas governamentais ou outras instituições que discutam o protagonismo, as relações sociais, a educação, o meio ambiente, entre outros, através do compromisso com as causas dos povos do campo.

Questionamos aos entrevistados sobre quais atividades mais impactam a vida dos jovens que eles atendem, todos responderam que as formações⁶ são as que mais tocam as vidas deles, porque as formações possibilitam discussões sobre questões de gênero, raça, etnia, fortalecendo o pertencimento, a identidade, o acampamento da juventude camponesa que acontece

⁶ Processos formativos de educação popular que se norteiam a partir do planejamento estratégico da AJC afim de valorizar o protagonismo juvenil camponês, aprofundar a análise de funcionamento da sociedade, garantir o aprofundamento sobre os temas de gênero, diversidade, raça e etnia e tomar consciência das condições de vida de acordo com suas identidades e das raízes dos problemas que os afetam através de grupo de estudo.

anualmente, que resulta numa grande culminância e troca de experiências das juventudes participantes, as visitas de base⁷, geração de renda, cultura e lazer.

Além, dos jovens da AJC que estão inseridos nas universidades, faculdades, que se motivam a estudar a partir das experiências compartilhadas no coletivo, por isso a importância da formação política e educacional

Pontuo principalmente a questão das formações e a nossa busca para que os jovens permaneçam no seu espaço e se reconheçam no lugar que ele mora, que entenda que ali é um lugar bom de viver e para que seja valorizado e isso traz um incentivo para a permanência dele (J1).

Contudo vemos na fala acima um dos pilares da educação do campo que é a luta pela permanência do sujeito no campo e o seu fortalecimento, a necessidade de buscar através da educação argumentos para lutar por políticas públicas para os povos do campo, visto que a educação do campo surge de movimentos sociais, além de que o campo se transformou não apenas em um espaço de luta pela terra, mas de busca pelos direitos a educação, saúde, esporte e lazer. (Silva, 2007).

Para que a juventude continue no campo, é necessário que haja condições de sobreviver nele.

A Educação do campo se construiu pela passagem da política produzida nos movimentos sociais para o pensar/pressionar pelo direito do conjunto dos camponeses ou dos trabalhadores do campo. Isso implicou um envolvimento mais direto com o Estado na disputa pela formulação de políticas públicas específicas para o campo, necessárias para compensar a histórica discriminação e exclusão desta população do acesso a políticas de educação, como a tantas outras (Caldart, 2009, p. 51)

Dessa forma, atribuímos também a juventude a necessidade de pautar em suas ações, a luta pelo direito a uma educação contextualizada, bem como a permanência das escolas do campo, para que nenhuma escola seja fechada, pois é na escola da comunidade que iniciamos um trabalho de transformação social dentro das nossas próprias comunidades locais.

Questionamos, também, aos entrevistados se já participaram de outra organização ou movimento antes da AJC.

J1 e J2 responderam que não, apenas indiretamente como convidadas, o J3 respondeu que sim, em organizações da igreja e na associação da comunidade, o J4 respondeu que nunca participou de nenhuma organização ou movimento. Observamos através dessa questão que a

⁷ São visitas realizadas aos jovens nas suas comunidades, onde o objetivo é conhecer a realidade do jovem camponês, apresentar a AJC e dialogar sobre como a associação pode estar contribuindo na vida desse(a) jovem.

participação destes jovens, antes da AJC, sempre foi como ouvintes, ou seja, nunca participaram ativamente na construção das ações, com espaço de fala, de opiniões ou discordância. “Os relatos dos jovens sobre suas participações em reuniões foram marcados pela desqualificação das suas intervenções pelos adultos” (Castro, 2009, p.194). A partir disso, vemos a desconfiança e a não valorização da opinião da juventude.

Ao questionarmos sobre a diferença do funcionamento da AJC em relação a outras organizações da qual participaram ou participam, a maioria respondeu que sua principal diferença é a bandeira da juventude camponesa, pois a sua criação partiu da necessidade dos próprios jovens, e são eles mesmos que gerem a organização, sua exclusividade é a juventude camponesa, onde todos têm espaço de fala e são ouvidos.

A forma como a articulação trabalha é muito coletiva e toda ação é pensada a partir dos jovens para os jovens, através da escuta, do diálogo, e isso acaba criando um pertencimento e reconhecimento.

Destacamos também, que até o momento desta pesquisa a Associação Articulação da Juventude Camponesa – AJC é considerada a única no estado da Paraíba com personalidade jurídica, que suas atividades, ações, mobilizações, são exclusivamente voltadas para a juventude camponesa na qual não está ligada a pastorais, ou outras organizações maiores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu realizar uma discussão sobre a importância do protagonismo jovem para a transformação social em comunidades camponesas na Associação Articulação de Juventude Camponesa – AJC, de forma a compreender os impactos que essas organizações lideradas por jovens protagonistas exercem na sociedade, através de suas ações, na busca por políticas públicas e na busca por direitos, igualdade e justiça.

O resultado da pesquisa foi satisfatório, mas requer maior aprofundamento. Compreendemos o conceito de “protagonismo” com base no seu histórico de conceituação nacional e internacional e conforme alguns teóricos, que debatem o tema protagonismo juvenil de forma reflexiva sobre a importância da juventude na atuação política, social e educacional. Para isso, procuramos compreender o que o termo “protagonismo” significa para os entrevistados que se veem nesse papel, dentro de suas comunidades locais e principalmente rurais. Da mesma forma, buscamos discutir sobre a educação e suas modalidades, e sobre a realidade da juventude do campo, que se enxerga esquecida pelo poder público, e ver nas organizações e movimentos a chance de se tornarem ouvidos e visibilizados.

Mediante o exposto, analisamos que a educação escolar tem um papel fundamental na nossa sociedade, mas pensar a educação, estar além dos muros das escolas. A educação informal está presente no nosso cotidiano, mas é na educação não formal que agimos com intencionalidade para transformar de forma coletiva a realidade em que vivemos. O modelo ideal de educação que é exigido pelas classes menosprezadas, ainda não se tem, mas a juventude segue firme na luta pela conquista desses direitos, através da educação não formal, mesmo que à passos lentos. A juventude acompanhada pela AJC, atualmente, não está mais calada, vendo as coisas acontecerem, mas se propõem a mobilizar outros jovens através de formações, da militância, das reuniões organizadas e dos debates propostos nos movimentos sociais, levando conhecimentos e conscientização.

Diante disso, protagonizar é lutar por espaço, por direitos é se fazer ser ouvido, onde o “ser jovem” ainda não tem total credibilidade. É escancarar nos diversos espaços o preconceito estabelecido por uma sociedade que diz que a juventude está “perdida”, “não quer nada com a vida”, e acabam por generalizar as diversas situações problemáticas em que alguns jovens se encontram atualmente, deixando assim de dar espaço para a juventude. Protagonizar é se inquietar com essa realidade, é se questionar porque as pessoas tem receio do novo. Porque não dar voz a juventude? Juventude essa, que acaba sentindo na pele a rejeição, o pensamento,

muitas vezes, negativo de se achar incapaz. Protagonismo é liberdade, cidadania, é ação, responsabilidade, autonomia, identidade. Protagonismo é transformação social.

Ademais, observamos que mesmo estando dentro de organizações e movimentos que dizem acolher a juventude, ainda assim, os jovens que se propõem a militar, enfrentam uma barreira para que as pessoas deem importância para sua opinião, isso quando se tem a chance de opinar, ou executar ações. A juventude, não se constitui de meros participantes, ou coadjuvantes em uma peça de teatro chamada vida. Os jovens querem fazer, construir, executar, querem debater democraticamente de igual para igual, objetivando um consenso onde os resultados serão bons para todos. De fato, como as organizações querem discutir juventude se os próprios jovens não são consultados?

Além disso, refletimos sobre a realidade da juventude que vive no campo, e como a educação que pensa os sujeitos, o território, ainda encontra barreiras para se sustentar. Em pleno século XXI ainda temos escolas do campo sendo fechadas, além de que, nem todas tem um projeto político pedagógico que se alinhe as práticas de ensino contextualizadas. E isso implica na permanência desses jovens, pois como continuar em um lugar que ao invés de abrir portas, as fecham? A educação é o primeiro passo para tornar a juventude protagonista e sem ela não conseguimos progredir.

Ressaltamos a problemática dos povos do campo que sempre foram excluídos do acesso direto a um mundo moderno e globalizado, onde nas comunidades camponesas, pouco se tem o incentivo ao esporte, ao lazer, a cultura e ainda é considerado um lugar de atraso. Então, é com base nessas problemáticas que a Associação Articulação de Juventude Camponesa pensa suas ações, se organiza enquanto personalidade jurídica para reivindicar melhorias para as comunidades camponesas. O foco maior do movimento é mostrar aos jovens que é possível viver No e Do campo, que sua formação educacional não acaba no ensino médio, e que as universidades públicas precisam ser ocupadas por quem de fato necessita da educação pública, é mostrar ao jovem camponês que ele é capaz, através de políticas de acesso criadas, como é o caso das cotas.

A partir da nossa amostragem, identificamos que os movimentos sociais são ferramentas importantes, para despertar ideias e as pôr em prática, principalmente para fortalecer os povos do campo.

Os jovens da AJC, anseiam por participação efetiva nos espaços sociais, onde as soluções sejam pensadas com eles e não para eles. Isso é o conceito primordial de protagonismo. Os entrevistados enxergam os movimentos sociais como uma saída da sua zona de conforto para o embate na luta por igualdade e direitos, despertando a importância da educação, do

conhecimento e da solidariedade. A AJC, além de outras organizações coletivas, oferece oportunidades, através de suas formações com grupos de estudo e vem gerando transformações sociais na vida desses jovens.

Refletimos, também, que a partir da organização dos movimentos, a chance de conseguirem seus objetivos é maior, porque através do coletivo é possível atrair maior visibilidade, e assim demonstrar o compromisso e a responsabilidade que os jovens tem com a democracia e a formação humana.

Diante de tais situações concluímos que a juventude precisa ser entendida enquanto sujeito social e que quer apenas uma chance de ter suas ideias levadas em consideração. Serem representatividades nas discussões sociais, políticas e culturais, tendo espaço de fala, suas queixas e insatisfações precisam ser ouvidas. Afinal, do que adianta o discurso bonito de que os jovens de hoje são o futuro de amanhã, se esses jovens não têm oportunidade no hoje?

Nessa perspectiva, entendemos que o protagonismo jovem é de fundamental importância para as comunidades camponesas acompanhadas pela AJC. É a mobilização desses jovens que possibilita resultados, com base nas suas ideias inovadoras, levando visibilidade e contribuições importantes para discutirmos o presente. Além disso, conseguem destacar os anseios da comunidade, principalmente os do público jovem, instigando-os a pensar criticamente as condições que estão sendo dadas para a permanência do jovem no campo. Ou, como os poderes públicos tem pensado políticas de incentivo a educação, a cultura, esporte e lazer, sem pregar que, abandonar o campo é o caminho a seguir, para ter melhores oportunidades na vida. Por isso, a necessidade de seguir firme na busca por autonomia e por direitos.

Assim, a juventude do campo e da cidade ainda é um fenômeno que precisa ser discutido em trabalhos acadêmicos, em pesquisas, artigos, é necessário mostrar a força que esse público tem em fazer acontecer, trazendo ideias inovadoras e contribuindo com a ciência, com a realidade e com o campo educacional. Protagonismo jovem, não pode ser só um discurso.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores(as) Do campo**. Cad. Cedes, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007 157. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 02 de jan. de 2024.
- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 de abr. de 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2013
- CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Trabalho, educação e saúde, v. 7, p. 35-64, 2009.
- CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude do campo. Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- _____. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista latino americana de ciências Sociais, Niñez y juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Protagonismo juvenil: adolescência educação e participação democrática**. FTD, 2006.
- DUARTE, Ana Paula Mendes; CARNEIRO, Vera Maria Oliveira. (organizadoras). **Contribuições para construção de um currículo contextualizado para o semiárido** – Feira de Santana: MOC/Curviana, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, p. 57-63, 1995.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GROPPO, Luís Antonio. **Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude**. **Desidades [online]**. V. 14, p. 9-17, 2017.
- IBGE, **Educa Jovens**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 04 de abr. de 2024.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1103-1112, 2014.

MPPA, Ministério público do Pará. **Protagonismo Juvenil**: o poder do jovem na transformação da sociedade. Belém, 13 de abr. de 2022. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/areas/institucional/cao/infancia/13-04-o-dia-do-jovem-e-o-protagonismo-juvenil.htm>. Acesso em: 04 de fev. de 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Educação em diálogo**. Autores associados, 2023.

SILVA, Wesley Santos. **Aspectos críticos do protagonismo juvenil em Antônio Carlos Gomes da Costa**. 2015. 80 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, Maria do Socorro. **Da Raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo**. In: MOLINA, M. C. (Org.); MUNARIM, A.; HEREDIA, B.; FERNANDES, B. M.; FELIPE, E.; SCHERER-WARREN, I.; MEDEIROS, L.; ARROYO, M. G.; PALMEIRA, M.; CHRISTÓFFOLI, P. I.; CINTRÃO, R.; LEITE, S. P.; JESUS, S. M. S. A. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. — Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. **Educação do campo e Desenvolvimento**: uma relação construída ao longo da história. 2007. CONTAG. Brasília DF.

SOUZA, Regina Magalhães de. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 1, n. 1, p. 1-28, 2009.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

Questionário para entrevista semiestruturada

1. Nome
2. Idade
3. Escolaridade
4. Qual a motivação de você participar da AJC?
5. Na sua opinião qual o papel da juventude em espaços sociais?
6. O que você entende por protagonismo?
7. Como a AJC mudou a sua vida?
8. Quais as ações da AJC mais impactam a vida dos jovens que você atende?
9. Você já participou de outra organização ou movimento antes da AJC?
10. Você percebe alguma diferença entre o funcionamento da AJC e as outras organizações das quais você participou?